

Sobre redes de interação subjetiva: a comunicação como vetor da cibercultura¹

About the subjective interaction networks:
communication as a vector of cyberculture

Marcos Nicolau

Universidade Federal da Paraíba. Cidade Universitária - Campus I,
Castelo Branco III, 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil.
marcosnicolau.ufpb@gmail.com

Resumo. Seria a “tecnologia” uma força autônoma capaz de impulsionar os avanços das sociedades modernas, como afirma Kevin Kelly (2012)? Contrariando essa ideia, acreditamos que tal autonomia está situada, não na tecnologia, mas na Comunicação em sua concepção humana, mediada pela tecnologia. Trata-se da comunicação analisada, não mais como visão sistêmica, e sim do ponto de vista da complexidade, como a definem Morin (2007) e Bar-Yam (2004). É essa outra compreensão da cibercultura que nos faz perceber a existência de redes de interação subjetiva, cuja característica principal é a constante negociação entre a expressividade pessoal e as concepções coletivas, transitando na Rede e gerando vetores de mudanças e transformações na sociedade da informação. O propósito do presente artigo é demonstrar como a comunicação gera vetores de mudanças a partir dos grandes fluxos informacionais imprevisíveis, a exemplo das redes de interação subjetiva.

Palavras-chave: comunicação, redes de interação, cibercultura.

Abstract. Would “technology” be an autonomous force capable of propelling the advances of modern societies as Kevin Kelly (2012) states? Opposing to this idea, we believe that such autonomy lies not in technology, but in communication as a human creation, mediated by technology. It about analyzed communication, not as a systemic view, but from the point of view of complexity as Morin (2007) and Bar-Yam (2004) defined. This is another understanding of cyberculture that makes us realize the existence of a subjective interaction network, whose main characteristic is the constant negotiation between personal expression and collective conceptions, transiting on the web and generating vectors of change and transformation in the information society. The purpose of this article is to demonstrate how communication generates vectors of change from large unpredictable information flows, like the subjective interaction networks.

Keywords: communication, interaction networks, cyberculture.

Introdução

A comunicação tem sido responsável pela geração de vetores que provocam desenvolvimento tecnológico e transformações sociais

nas sociedades em rede. Trata-se de uma força motriz que cria um poderoso movimento de fluxo de informações, cuja autonomia operacional é resultante da intrínseca complexidade de um sistema composto pela volumosa inte-

¹ Uma versão parcial deste trabalho foi apresentada no I Congresso Internacional de Net-Ativismo, realizado em novembro de 2013, na ECA-USP, em São Paulo.

ração entre usuários/máquinas no mundo inteiro, complexidade essa que tende a crescer geometricamente com a chegada da internet das coisas.

Por sobre e entre a vasta rede objetiva de troca de dados e informações permitida pela computação pervasiva, estamos vendo agir as imprevisíveis redes de interação subjetiva que alimentam a complexidade dos processos de comunicação que cobrem o planeta e fomentam as diversas culturas humanas que compõem a sociedade da informação.

Compreender uma dimensão possível dessa complexidade da natureza da comunicação permitirá que entendamos um pouco mais os fenômenos emergentes das redes sociais e da propagação dos *memes*, como exponenciais de uma sociedade que se baseia, cada vez mais, nos processos midiáticos como forma de ação e interação social.

E um dos conceitos-chave nessa intervenção é o de complexidade, como a compreende, primeiramente, Edgar Morin, pelos aspectos de relação entre sistema e organização, ordem e desordem; e também, sob a concepção de Yaneer Bar-Yam, que aponta para as duas características dos sistemas complexos, a escala e a complexidade. Segundo Bar-Yam (2004), a complexidade do mundo que construímos é reflexo de nós mesmos; tornamo-nos mais complexos porque trabalhamos juntos de forma cada vez mais eficazes.

Essa eficácia tem a ver com a comunicação em rede e, mais especificamente, com o modelo comunicacional que utilizamos. A comunicação vista pela perspectiva de Dominique Wolton (2006), como um modelo de “dupla hélice”, uma combinação das duas dimensões, sendo uma “normativa” e outra “funcional”, permite-nos constatar que estas correspondem, paralelamente, aos nossos modelos de redes de interação objetiva e redes de interação subjetiva, envolvendo um sistema comunicacional que abrange a própria internet (Nicolau, 2013).

Desse modo, a nosso ver, não é a tecnologia em si mesma que ganha autonomia e move-nos ao desenvolvimento, como afirmara Kelly (2012) em *Para onde nos leva a tecnologia*, com sua “teoria” do “técnicio”², mas sim a comunicação que dá vida e significado à tecnologia.

É, portanto, nesse contexto que se apresenta o objetivo principal do presente artigo: demonstrar como o imenso volume de comunicação comporta-se na rede mundial de computadores fixos e móveis a ponto de gerir uma autonomia expressiva de ações que arrastam os interesses de mercados e governos em direção à imprevisível subjetividade que transita na relação dialética entre indivíduos e coletividade nas mais diferentes culturas. Trata-se de processos comunicacionais complexos que criam vetores de desenvolvimento social e econômico porque influenciam mercado e indústria a partir de usos, necessidades e novos costumes.

Sociedade contemporânea e pensamento complexo: emergência, ordem e desordem

Apesar dos trabalhos do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy, publicados nas décadas de 1950 e 1960 (Bertalanffy, 1968), terem sido importantes ao conceber uma teoria geral de sistemas para compreender melhor a dimensão, também, de sistemas abertos formados por organismos, estes parecem ser insuficientes diante da atual complexidade dos sistemas comunicacionais na cibercultura.

O filósofo francês Edgar Morin alerta-nos para o fato de que, ao descambar para o holismo, essa teoria acabou por cair em um reducionismo, que não consegue conceber uma visão apropriada de sistemas altamente complexos.

De fato, a sociedade contemporânea movimenta-se em múltiplas camadas, como se várias partes estivessem em dimensões diferentes, com uma quantidade muito grande de interações e interferências entre as suas próprias unidades. Em um sistema de tamanha complexidade é muito difícil prever tendências com certa antecedência ou provocar vetores para atender a interesses de determinada parte – notadamente quando os processos comunicacionais começam a ficar abertos ao uso comum de todas as partes.

Muitas das abordagens sistêmicas e mesmo de caráter holístico ajudam-nos a ter uma ideia estrutural das sociedades e das culturas contemporâneas, mas não conseguem esclarecer a trajetória de transformações e mesmo de mudanças

² Para Kelly (2012), a tecnologia, em seu processo histórico, parece nos conduzir a um vetor de desenvolvimento autônomo. Sua ideia é a de que, em algum momento da sua evolução, nosso sistema de ferramentas, máquinas e ideias tornou-se tão complexo, com ciclos de retroalimentação e interações consistentes que acabou produzindo certa dose de independência e passou a exercer sua própria autonomia. Kelly chama de “técnicio” esse sistema capaz de se autorreforçar e de acelerar a invenção constante de novas tecnologias.

de significados, de um conjunto diferenciado de povos que compõem a espécie humana, interligada por uma vasta rede comunicacional de computadores fixos e móveis. E qualquer tentativa de redução desse sistema em partes que o compõem é facilmente arruinada, segundo Morin (*in* Fortin, 2005), pela ideia de emergência.

Para Morin (2007), a palavra *complexus*, origem de complexo, significa aquilo que está ligado em conjunto ou é tecido em conjunto, considerando-se que a complexidade tem a ver simultaneamente com tecido comum e incerteza. Afinal, a complexidade compreende uma parte inevitável de incerteza no conhecimento. É oportuna a sua constatação de que “é com Wiener e Ashby, os fundadores da cibernética, que a complexidade entra verdadeiramente em cena na ciência. É com von Neumann que, pela primeira vez, o caráter fundamental do conceito de complexidade aparece em sua relação com os fenômenos de auto-organização” (Morin, 2007, p. 34-35).

Em sua explicação sobre a complexidade, Morin (2007) afirma que é um fenômeno quantitativo, devido à imensa quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades. Todo sistema auto-organizador, mesmo os organismos vivos mais simples, combina um número grandioso de unidades da ordem de bilhões, quer seja de moléculas numa célula ou de células em um organismo. Mas a complexidade, alerta-nos o autor, não compreende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: “ela compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios” (Morin, 2007, p. 35).

É o que verificamos na sociedade contemporânea, com as suas fases de ordem e desordem, que se alternam e convivem de forma inseparável. As transformações importantes não ocorrem de forma linear, uma vez que apresentam, ao mesmo tempo, momentos de ordem e de desordem. Afinal, a desordem é portadora, em simultâneo, de progresso e potencial de morte e de regressão, como afirma Fortin (2005, p. 37), a partir das ideias de Morin: “É esse duplo rosto que faz dela uma noção complexa, hipercomplexa, que é impossível escamotear ou reduzir à ordem”.

Constatamos que as qualidades emergentes na cibercultura são resultado das inter-relações mútuas entre inúmeros elementos que estão em interação. Reconhecemo-las como qualidades novas que surgem em nossa visão geral, do todo, mas que não parecem

ser percebidas em nível das partes. Portanto, é essa concepção de emergência dos fenômenos que acaba por destituir as nossas tentativas de explicá-los, reduzindo sua dimensão a partes. Isso nos mostra que a sociedade em rede, a sociedade da informação, é um todo, cujas partes estão em constante processo de ordem e desordem; e é da interação dessas partes que surge a emergência, como os fenômenos sociais.

Complementamos essa compreensão com as ideias de Bar-Yam (2004), para quem a complexidade pode ser concebida como o número de coisas conectadas umas às outras: quanto mais partes um sistema tem, quanto mais ligações existem entre essas partes, mais complexo ele é. Segundo, ainda, Bar-Yam (2004), existe uma lei universal e sagrada dos sistemas complexos, pois a complexidade de um sistema executando uma atividade deve ser tão grande quanto a complexidade dessa tarefa.

Por isso, desenvolver a capacidade de usar uma perspectiva de sistemas complexos exige novos padrões de pensamento. São como estratégias que nos permitem perceber e atuar nesse ambiente altamente instável e imprevisível, que atuam apoiadas em duas particularidades, conforme Bar-Yam (2004): a *escala* e a *complexidade*. Percebemos isso na visão que temos da cibercultura, que sustém uma rede mundial de computadores fixos e móveis, responsável pela Web e interligada por uma computação pervasiva, instalada em todas as atividades humanas (escala), através da qual transitam fluxos imensuráveis e contínuos de informação – a comunicação atuante em tudo isso é a complexidade do sistema.

Em nossa concepção de uma comunicação complexa, responsável pelos vetores de tendências, percebemos que a sociedade da informação funciona devido à maneira como as pessoas interagem e se relacionam umas com as outras. A forma como cada pessoa age separadamente, no mundo interconectado por variados sistemas de interação e compartilhamento, é resultado da sua subjetividade em negociação com o pensamento coletivo. E os resultados dessa interação multifacetada entre as pessoas tornam-se padrões de comportamento capazes de influenciar o aparecimento de inovações tecnológicas.

A complexidade dos fenômenos emergentes na cibercultura

Nessas últimas duas décadas, acompanhamos o surgimento das redes sociais como um

fenômeno emergente, próprio da cibercultura, ao criar ambientes coletivos de compartilhamento e liberdade de expressão, muito mais abertos que os *blogs* personalizados que se originaram na mesma época.

É nesse ambiente que se propagam com imensa facilidade e alcance, os *memes*, compostos por sátiras, paródias, vídeos curiosos etc. E a combinação do ambiente fluído das redes sociais com o aspecto oportuno do *meme* é um exemplo mais elementar do processo comunicacional em ação: a partir das subjetividades que produzimos e compartilhamos continuamente na rede, percebemos o potencial virótico de uma ideia que é movido ou impulsionado pelas pessoas. Em muitos casos, a ideia parte de algo particular, mas é transmutada para uma dimensão coletiva e extrapola o espaço das redes sociais, trafegando por outros diferentes canais como *e-mails*, *blogs*, *sites* noticiosos etc.

Esse modelo serve de parâmetro para uma infinidade de outras informações que fazem parte do nosso imenso processo de comunicação, sem que as identifiquemos como *memes* propriamente. Ideias se espalham por entre grupos, de forma efêmera ou prolongada, de curto ou longo alcance, nunca sabemos da sua verdadeira extensão. Provocam as reações mais diversas, causam impactos em diferentes níveis, enfim, criam vetores que apontam para interesses, necessidades, usos e costumes coletivos, resultados da negociação de todas as subjetividades em jogo.

Daí porque nós estamos considerando que, por entre a ampla rede de interações objetivas, que formam o processo de comunicação funcional de que falou Wolton (2006), existem as redes de interação subjetiva, usando a comunicação no seu sentido normativo.

A subjetividade no contexto das interações sociais

O conceito de subjetividade, apesar de guardar um sentido histórico demarcado³, é geralmente usado para caracterizar o mundo interno do ser humano, composto por emoções, sentimentos e pensamentos em relação com a realidade exterior. No âmbito das redes

sociais digitais, ela encontrou um ambiente propício às manifestações pessoais peculiares.

É nesse contexto que consideramos importante os apontamentos apresentados por Manuel DeLanda, trazidos à tona por Santaella e Lemos (2010). Os estudos de DeLanda envolvendo a teoria das redes levam em conta a ideia de *agenciamentos*, apoiados nos escritos de Deleuze e Guattari. Mesmo sendo aplicada a uma variedade de conjuntos, é uma teoria que pode compreender as entidades sociais, tais como redes interpessoais e organizações institucionais, governos, cidades e nações.

DeLanda recupera as menores unidades analíticas que se pode estudar nas ciências sociais: as impressões, as ideias, os hábitos, as habilidades etc. Isso porque as pessoas emergem desses componentes subpessoais. O autor, segundo ainda Santaella e Lemos, utiliza-se de um modelo ontológico *bottom up* (de baixo para cima), no qual o sujeito emerge na medida em que relações de exterioridade são criadas entre os conteúdos das experiências através de sua subjetividade:

A noção de subjetividade, que pode ser trabalhada dentro da teoria dos agenciamentos é tomada como seu ponto de partida, ou seja, o sujeito ou pessoa que emerge do agenciamento de tais componentes subpessoais (impressões, ideias, atitudes proposicionais, hábitos, habilidades) apresenta as capacidades necessárias para agir tanto pragmaticamente, isto é, para combinar meios e fins, quanto socialmente. É capaz de selecionar fins para uma variedade de razões habituais ou costumeiras que não precisam envolver qualquer decisão consciente. Por outro lado, uma vez que os processos que produzem agenciamentos são sempre interativos, quer dizer, eles sempre cedem passagem às populações, conseqüentemente os aspectos da subjetividade que emergem da interação entre as pessoas devem ser considerados (Santaella e Lemos, 2010, p. 15).

O ser humano constrói seu espaço relacional em interação com os demais membros da espécie a partir da subjetividade. Tais relacionamentos inscrevem-se no contexto das esferas de representação social, permitindo que cada indivíduo desempenhe diversificados papéis conforme os ambientes e as situações com as quais precisa lidar no âmbito da socie-

³ Historicamente, no âmbito da Sociologia e da Filosofia, o conceito de subjetividade foi tratado por Descartes e, principalmente, por Hegel, na sua Filosofia do direito. No sentido de pertencente ao eu ou ao sujeito do homem, aparece, inicialmente, nas palavras dos escritores alemães do século XVIII; e, no final do século XIX, passa a ser explorado pela Psicologia, mais precisamente pela Psicanálise. Nas últimas décadas do século XX, o conceito ganha aspectos históricos, sociais e políticos (Toledo, 2003; Lima *et al.*, 2010).

dade. Esses componentes subpessoais de que fala DeLanda estão impregnados dessa subjetividade, mostrando-se em todos os tipos de relacionamentos, inclusive no âmbito das redes sociais da internet.

A comunicação normativa das redes de interação subjetiva

A compreensão de que a comunicação tem uma natureza dual entre informação e produção de significados é fundamental neste percurso de compreensão das interações humanas. Como explica Sousa (2004), a informação é funcional no processo de interação e de relação, mas a comunicação tem significado no contexto dos laços sociais. Nesse sentido, para termos informação, é preciso comunicação, mas a comunicação existe sem a informação.

Mas é Wolton (2006) quem apresenta as duas particularidades desse processo ao explicitar a mistura inextricável entre as duas dimensões: na situação comunicacional, uma é “normativa”, e a outra é “funcional”, podendo ser vistas como um modelo em “dupla hélice”:

A dimensão normativa remete ao ideal da comunicação: informar, dialogar, compartilhar, compreender-se. A dimensão funcional, como seu nome indica, ilustra o fato de que, nas sociedades modernas, muitas informações são simplesmente necessárias para o funcionamento das relações humanas e sociais (Wolton, 2006, p. 150).

Essa fundamentação elementar é de suma importância para a compreensão do que vem a ser as redes de interação subjetiva, como exemplo da força motriz da comunicação em proporcionar vetores de transformações constantes nos modos de interação humana.

Nossos estudos anteriores (Nicolau, 2013) têm demonstrado que a rede de interação subjetiva é formada por um conjunto de mensagens que determinados usuários enviam e recebem, por diferentes canais digitais e cujo conteúdo tem um singular significado para o momento de suas vidas, provocando-lhes repercussão emocional e afetiva. Ao participarem de vários ambientes e situações comunicacionais, como serviço de *e-mails*, redes sociais, *blogs*, *games* e *sites* diversos, usando os recursos midiáticos de computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, os usuários criam e recriam, produzem e reproduzem mensagens que são repassadas a pessoas de seu interesse, a partir do discernimento que elas têm sobre

a provável importância ou o impacto de seus conteúdos.

Com relação às mensagens que integram esses relacionamentos, estas podem ser simples ou complexas e provocam diferentes efeitos junto às pessoas que as recebem. Podem causar pequenas impressões ou podem sensibilizar e provocar impressões fortes – as pessoas podem guardá-las para si e podem também repassá-las para outras pessoas escolhidas no âmbito das suas interações. Torna-se muito difícil saber a extensão do impacto e mesmo do alcance dessas mensagens depois de deflagradas tal qual uma pedra jogada na água pode provocar ondas de superfície e de profundidade cujo alcance depende de vários fatores situacionais.

Aos nos comunicarmos pelo padrão de uma rede de interação objetiva, quando definimos os conteúdos das mensagens de caráter funcional, delimitamos para quem enviar e com que propósito, podendo, as repercussões ultrapassar o esperado ou não. Diferentemente disso, nas redes de interação subjetiva, suas características demonstram um grau de instabilidade permanente, porque envolvem fatores como: a inconstância dos fluxos de comunicação - uma vez que os usuários não mantêm uma frequência para enviar suas mensagens; a diversidade de tipos de conteúdos imagéticos, verbais e sonoros; e a variedade de opções de canais proporcionada por muitos aplicativos de relacionamento.

O aspecto subjetivo dessas redes interativas pode ser percebido nas analogias e metáforas que constituem as mensagens trocadas. Trata-se de uma dimensão da percepção humana que está além dos interesses da comunicação informacional, pois representam, em sua essência, sentimentos mais abstratos e mais sutis junto ao espírito humano de comunhão, de conagração, da vontade de rir ou de perceber juntos, aquilo que não se diz racionalmente.

Nesse caso, o tipo de relacionamento tem sentido comunicacional, como disse Sousa (2004), mesmo que não haja informação. Ao enviarmos um poema ou uma foto esteticamente expressiva para alguém, quando por sobre uma imagem escrevemos uma mensagem risível, quando compartilhamos alguns *memes* com pessoas dos nossos contatos, não queremos transmitir especificamente nenhuma informação, mas participar da interconexão de inteligências e sabedorias impregnadas pela nossa subjetividade. E com isso, acabamos por

Quadro 1. Diferenças entre as duas redes de interação na internet.

Chart 1. Differences between the two interaction networks on the internet.

Redes de interação objetiva	Redes de interação subjetiva
(1) Seleção planejada e deliberada de conteúdos compartilhados. Mensagens funcionais e informacionais.	(1) Seleção intuitiva e oportuna de conteúdos aleatórios compartilhados sem nenhuma preocupação de informar.
(2) Caráter referencial de mensagens em contextos já demarcados e delimitados.	(2) Caráter metafórico das mensagens em contextos demarcados no momento.
(3) Participação de grupos previamente definidos diante de interesses conhecidos.	(3) Participação de grupos constituídos na ocasião, diante de conteúdos emergentes.
(4) Tratamento de conteúdos regido por critérios de entendimento coletivo convencional. A mensagem não deixa dúvidas das intenções informacionais, mesmo quando estão nas entrelinhas.	(4) Tratamento de conteúdos a partir de percepções simbólicas, pessoais e subjetivas. Composição livre com vistas a suscitar percepções e impressões diversas, sem intenções predeterminadas.
(5) Canais estabelecidos e aprovados para o trânsito padrão de informações. Exemplo: interação com pessoas por canais que todos convencionam como consolidados para tais conversas.	(5) Canais espontaneamente escolhidos para oportuno relacionamento pessoal. Exemplo: interação com pessoas por quaisquer canais, convencionais ou não, que se façam oportunos no momento.

Fonte: Nicolau (2013).

construir ou alcançar, até mesmo pela recorrência dos compartilhamentos, um nível de comunicação normativa pelo que está implícito nas relações e nas mensagens.

Demonstramos no Quadro 1, as variações de particularidades entre as duas redes.

Nesse processo comunicacional, um fator é essencial: o discernimento humano, que se constrói na capacidade de ler nas entrelinhas, de construir mensagens de conteúdo metafórico, de iniciar conversações da maneira certa e no momento certo, usando os elementos do contexto da vida do outro que somente esse discernimento pode perceber.

Considerações finais

As respostas por uma compreensão sobre as características intrínsecas a este momento sociocultural que estamos vivendo e que tem se conceituado como cibercultura ainda não estão completas. E mesmo a visão da internet como um novo arcabouço de práticas midiáticas libertárias continua sob o crivo de alguns críticos como Dominique Wolton (2008, p. 150), cujos ecos ressoam ainda hoje. Para esse autor, a internet não é mais do que um

sistema automatizado de informação, apesar do considerável trânsito de mensagens digitais existente no mundo inteiro: “São os planos culturais e sociais de interpretação das informações que contam, não o volume ou a diversidade dessas informações”.

Ao mesmo tempo em que estamos vivenciando uma era de experimentações da nossa liberdade de expressão e autonomia comunicacional, ainda não encontramos o verdadeiro significado desses processos de comunicação que levam em conta a nossa subjetividade. Ao invés disso, os sistemas computacionais que regem mercados e governos estão preocupados em decifrar e controlar a enxurrada de informações e dados que são produzidos ininterruptamente pela rede mundial de dispositivos fixos e móveis.

De um lado, acompanhamos o esforço grandioso de empresas como Google, que já detém mais de 25 por cento do tráfego de informações da internet (IDGNOW!, 2013), no sentido de organizar os dados que devem chegar às nossas mãos, a partir dos seus interesses mercadológicos. O Google tornou-se um *hub*, no sentido indicado por Barabási⁴, fazendo da internet um ambiente antidemocrático e, a

⁴ De acordo com a proposta de teoria das redes, de Barabási (2009), estas são formadas por *nós*, que se agrupam em *Clusters*, cujo tráfego passa por *hubs*. Todos os *links* transitam por eles e qualquer página que esteja fora do seu alcance dificilmente será encontrada, porque a rede não é randômica.

nosso ver, não conseguindo desenvolver nenhum sistema que seja apropriado à compreensão do discernimento humano.

Por outro lado, vemos o esforço grandioso de multiprocessadores em lidar com o *big data*. Trata-se da complexidade expressiva de dados que transitam pela internet, a partir dos quais empresas e governos tentam extrair padrões. O *big data* procura aplicar a matemática a enormes quantidades de dados com o propósito de prever probabilidades ou formar a base de previsões. É composto por sistemas que se aperfeiçoam continuamente no sentido de analisar os melhores sinais e padrões, e de buscar mais dados para uso. Entretanto, segundo os autores dessas definições, Cukier e Mayer-Schönberger (2013), o *big data* é um recurso e um instrumento que existe para informar, mas não para explicar. Embora aponte para a percepção do que está acontecendo, também pode apontar para muitos equívocos, conforme a boa ou má utilização.

A pergunta pertinente que os autores fazem é: no mundo em que os dados informam as decisões, o que restará às pessoas: a intuição e a contrariedade dos fatos? Se todos apelarem para os dados e para seus instrumentos, talvez o que nos sobre seja a imprevisibilidade, o elemento humano do instinto, do risco, do acidente e do erro: “O interessante dos seres humanos é justamente o que os algoritmos e os chips de silício não revelam, o que não podem revelar pela impossibilidade de ser captado em dados, não se trata de ‘o que é’, e sim de ‘o que não é’: o espaço vazio, as fissuras na calçada, o não falado e o impensado” (Cukier e Mayer-Schönberger, 2013, p. 136).

Mesmo saindo da rede objetiva e organizada pelo Google, acabamos por cair nas malhas do *big data*. Talvez as redes de interação subjetiva sejam uma importante forma de manter-nos acima do padrão de processamento e buscas das máquinas, cumprindo seu papel comunicacional de apontar para alternativas, nas quais o pensamento e as ideias compartilhadas pelo discernimento humano estejam a salvo de um mundo algoritmizado.

Referências

- BARABÁSI, A.-L. 2009. *Linked: a nova ciência dos networks*. São Paulo, Leopardo Editora, 241 p.
- BAR-YAM, Y. 2004. *Making things work: solving complex problems in a complex world*. Cambridge, Nesi Knowledge Press, 306 p.
- BERTALANFFY, L. von. 1968. *General System Theory. Foundations, development and applications*. New York, George Braziler, 296 p.
- CUKIER, K.; MAYER-SCHÖNBERGER, V. 2013. *Big data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana*. Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 163 p.
- FORTIN, R. 2005. *Compreender a complexidade: introdução ao método de Edgar Morin*. Lisboa, Instituto Piaget, 284 p.
- IDGNOW!. 2013. Google é responsável por 25% de todo o tráfego da Internet, diz estudo. IDG News Service, 23 jul. 2013. Disponível em: <http://idgnow.com.br/internet/2013/07/23/google-e-responsavel-por-25-de-todo-o-trafego-da-internet-diz-estudo/>. Acesso em: 02/02/2014.
- KELLY, K. 2012. *Para onde nos leva a tecnologia*. Porto Alegre, Bookman, 383 p.
- LIMA, E.A.; FERREIRA NETO, J.L.; ARAGON, L.E. 2010. *Subjetividade contemporânea: desafios teóricos metodológicos*. Curitiba, Editora CRV, 178 p.
- MORIN, E. 2007. *Introdução ao pensamento complexo*. 3ª ed., Porto Alegre, Sulina, 120 p.
- NICOLAU, M. 2013. Redes de interação subjetiva na internet. In: Encontro Internacional de NetAtivismo, I, São Paulo, 2013. *Anais... ECA/USP*, p. 53-67. Disponível em: <http://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigos-gt1.pdf>. Acesso em: 02/02/2014.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. 2010. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo, Paulus, 137 p.
- SOUSA, J.P. 2004. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 456 p.
- TOLEDO, C. de A. 2003. Sobre o conceito de subjetividade na Filosofia do Direito de Hegel. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 25(2):251-255.
- WOLTON, D. 2006. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo, Paulus, 233 p.
- WOLTON, D. 2008. Pensar a internet. In: F.M. MARTINS; J.M. da SILVA (orgs.), *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. 2ª ed., Porto Alegre, Sulinas, 278 p.

Submetido: 26/08/2014

Aceito: 19/10/2014